



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

109
far

ATA N.º 03/ AM /2024

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO-----

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro reuniu, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca, em Santiago do Cacém, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente**-----
- 2. Ata** -----
- 3. Designação de um cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e jovens em Perigo de Santiago do Cacém.**-----
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a)- Documento de Prestação de Contas de 2023.-----
 - b)- Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município.-----
 - c)- Aquisição de energia elétrica BTE e MT – Assunção de compromissos plurianuais. -
- 5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Manuel Botelho Mourão, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ana Harea, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Carmen Sofia Martins Figueira, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Mário André dos Santos Mateus, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Quitéria Graça Marques Gaspar, António Mário Conceição da Costa, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Ricardo Jorge da Cruz, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha e das/os Senhoras/es Vereadoras/es Albano Joaquim Mestre Pereira, Artur Manuel Fernandes Ceia, Susana Louro Caiado Correia Pádua e Mónica Fialho Pires de Aguiar. -----

Não compareceram os membros: Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----



Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Paula Maria Daniel de Melo Lopes, deu conhecimento de que a Senhora Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, eleita do PS, se fazia substituir pela Senhora **Isabel Maria Catarino Costa Marques**, que o Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira, eleita do Chega, se fazia substituir pelo Senhor **Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro**, que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Pelo eleito do PS Senhor Manuel Botelho Mourão, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:-----

“MOÇÃO – OS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL E O 1º DE MAIO-----

A revolução de abril constituiu uma afirmação da liberdade, e da emancipação do povo português. Significou, também, o fim do estado Novo, o fim do colonialismo e a consagração da cidadania, dos direitos económicos, sociais e culturais plasmados na constituição de 1976.-----

Por isso, celebrar os 50 anos do 25 de abril é, também, uma ocasião para honrar e lembrar todos aqueles que lutaram pela liberdade e pela democracia.-----

Existem motivos para considerar que há, ainda, muito para fazer no que toca ao desenvolvimento, à habitação, à saúde, ao emprego, ao trabalho digno, à igualdade de oportunidades e à desigualdade salarial e de direitos entre homens e mulheres. No entanto, não podemos esquecer, nem negligenciar o salto que demos ao nível das infraestruturas, da educação, dos apoios sociais, do salário mínimo, do serviço nacional de saúde e da afirmação de Portugal na Europa e no Mundo.-----

Por outro lado, temos de ter presente que a extrema-direita radical tem vindo a ensaiar uma ofensiva revisionista procurando reabilitar a ditadura fascista que matou e torturou milhares de pessoas em Portugal e nas ex-colónias.-----

Saudar o 1º de maio é, por um lado, recordar a primeira e grande manifestação em Portugal, e em liberdade e que, desta forma, legitimou a revolução de abril. Por outro lado, é relembrar a luta travada, há 138 anos, pelos trabalhadores de Chicago que reivindicavam 8 horas em vez das 13 horas de trabalho.-----

O 1º de maio de 1974 é também a premissa determinante para o direito à greve e à manifestação consagradas na constituição portuguesa de 1976.-----

1-Saudar os capitães de abril e todos os milhares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;-----

2- Render a devida homenagem a todos aqueles que se bateram, durante os 48 anos de ditadura, pela liberdade, pela cidadania e pelos direitos sociais e culturais, sacrificando, inúmeras vezes, com a luta que desenvolveram a sua vida pessoal e familiar.-----

3- Saudar o próximo 1º de maio e desta forma manifestar a solidariedade para com todos aqueles que lutam pelo progresso social, pela defesa da democracia e pelo direito ao emprego e ao trabalho com dignidade.-----

4- Manifestar-se pela defesa do SNS, da escola pública de qualidade e inclusiva e de serviços sociais universais e solidários”.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de moção para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

VISITA BTL- BOLSA DE TURISMO DE LISBOA -----

O Senhor Ricardo Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, eleito do PS, agradeceu à Câmara Municipal, o convite dirigido aos presidentes de Junta de Freguesia do Município, para estarem presentes na BTL-Bolsa de Turismo de Lisboa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que a autarquia considera importante convidar os Presidentes de Junta de Freguesia e os empresários ligados à área do turismo para estarem presentes na Bolsa de Turismo de Lisboa.-----

Pelo eleito da CDU Senhor Norberto Valente Barradas, foi apresentada a seguinte Saudação:-----

“SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO-----

O 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, é um marco histórico da luta e das conquistas dos direitos dos trabalhadores. Representa a perseverança e a solidariedade dos trabalhadores na busca por condições dignas, justiça social e paz. -----

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém vem por este meio expressar a mais profunda admiração e respeito pelos trabalhadores da autarquia e do concelho. É com reconhecimento que saudamos o esforço diário, a dedicação e o compromisso de todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento e bem-estar da nossa população. -----

Reafirmamos a importância de valorizar o trabalho e os trabalhadores, combatendo o desemprego, a precariedade, e as disparidades salariais. É essencial promover uma política de emprego que assegure direitos, igualdade e justiça social, elevando a qualidade do emprego e melhorando as condições de vida de todos.-----

Convidamos e incentivamos todos os trabalhadores a juntarem-se à manifestação do 1º de Maio em Sines, às 11h, numa demonstração de unidade e determinação na luta pelos seus direitos e por um futuro mais justo. -----

A CDU compromete-se a continuar a lutar por uma política que honre e dignifique o trabalho e os trabalhadores, que promova a justiça fiscal e políticas sociais equitativas. Juntos, construiremos um Portugal mais justo e solidário.-----

Com esta saudação, a CDU reitera o seu apoio incondicional a todos os trabalhadores, especialmente aos do nosso concelho, e apela à participação ativa na celebração deste dia tão significativo”. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----


Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a saudação a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Pelo eleito da CDU Senhor João Paulo de Melo Barros, foi apresentada a seguinte Moção: -----

“MOÇÃO - NO QUINQUAGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO – COMEMORAR ABRIL, AFIRMAR E VALORIZAR O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO -----

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. -----

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam -a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.-----



Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril e que desarmaram o regime opressor, associaram-se imensas pessoas que ali se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País, e gritando, exprimiram livremente o que pensavam.-----

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhorias ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.-----

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.-----

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para amputar o seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. -----

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rotura e derrube do regime fascista, e do que o suportava. -----

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.-----

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.-----

Abril foi e é processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. -----

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenvolveu um poder autónimo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.-----

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos , pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.-----

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quando à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.-----

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as vontades dos cidadãos que representam. -----

A assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 23 de Abril de 2024, delibera:

JA
fan

1. Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----
2. Refirmar o espírito de serviço público que há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;-----
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;-----
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos delatórios;
5. Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas.-----
6. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representa como acto de emancipação, democracia e liberdade”.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, que referiu subscrever noventa por cento da moção apresentada, no entanto, existe no documento, algumas referências da exclusividade histórica, reivindicadas pela CDU/PCP, que lhe parecem inusitadas, nomeadamente porque o 25 de Abril não foi feito, nem montado, nem congeminado, nem executado pela estrutura do PCP, e embora reconhecendo que a estrutura do PCP clandestinamente teve grande relevância no combate antifascista, não se deve esquecer a luta dos anarcossindicalistas, que em Portugal, que muito sofreram no combate ao fascismo. Por esse motivo considerou a referência apenas ao PCP, uma abordagem pouco democrática e pluralista do 25 de Abril, para além da referência às décadas de governos de direita que o país teve, referencia que lamentou.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que ao contrário da moção anteriormente apresentado, sobre o 1º de Maio, que foi bastante equilibrada, esta sobre o 25 de Abril tem um forte pendor ideológico. Salientou ainda que o 25 de Abril, foi sobretudo uma conquista do povo Português, muitos combateram e alguns perderam a vida nessa luta, mas ninguém se deve apropriar desta data. Acrescentou ainda que o 25 de Abril só se efetivou com o 25 de Novembro (tal como foi referido pelo General e Ex-Presidente da República Ramalho Eanes) que veio proporcionar uma democracia pluralista que todos ambicionavam e não substituir uma ditadura de um pendor para outra ditadura de outro pendor. -----

Referiu ainda que os eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, apesar de concordarem em grande parte com a moção, tendo em conta o pendor político, não irão votar favoravelmente.-----

A Senhora Margarida Santos, eleita da CDU, referiu que cada força política votará como entender, no entanto, gostaria, depois do que foi dito, de reler o paragrafo oitavo da moção. “Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo”.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel**

Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves e um da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.-----
Dez abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, duas do/a eleito/a da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Maria Teresa Pereira Machado Branco e uma do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

DECRETO LEI 10/94 DE OITO DE JANEIRO -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que consultou a página da Câmara Municipal, mas não encontrou nenhuma referência ao Decreto Lei dez barra dois mil e vinte e quatro, de oito de janeiro, Simplex do Urbanismo, que implementou mudanças significativas na área do urbanismo. Salientou ainda que seria importante a Câmara Municipal prover no site da autarquia, alguns esclarecimentos para munícipes poderem consultar, deveria também haver um e-mail para o esclarecimento de dúvidas de forma a saber como proceder quando se pretende requalificar ou construir uma habitação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que o Decreto Lei dez barra dois mil e vinte e quatro, de oito de janeiro, é uma legislação recente e muito complexa, que tem suscitado muitas dúvidas e por esse motivo a Câmara Municipal tem promovido formação aos trabalhadores, no sentido de um maior esclarecimento. -----

Referiu ainda considerar positiva a ideia, no entanto, já existe no site da autarquia, requerimentos adaptados à nova legislação, além disso os trabalhadores da Câmara Municipal estão sempre disponíveis para esclarecer as dúvidas dos munícipes. -----

REPARAÇÃO DE ELEVADOR DO DEPOSITO DO CERRO DA INÊS -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que a avaria do elevador do depósito do Cerro da Inês, não tem permitido a mudança de instalações da Rádio Antena Miróbriga, para aquele edifício, situação, que se arrasta há vários meses, e que já foi colocada nesta Assembleia Municipal por membros da Direção da Rádio. Questionando qual o ponto de situação, e para quando se prevê que estejam reunidas condições para a transferência da Rádio Antena Miróbriga para edifício do Cerro da Inês. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que tal como já foi referido em anteriores sessões da Assembleia Municipal, o problema da mudança das instalações, não se prende só com a avaria do elevador. Tendo em seguida solicitado ao Senhor Vereador Albano Pereira, para esclarecer sobre o ponto de situação da reparação do elevador. -----

O Senhor Vereador Albano Pereira, referiu que foi feita a reparação do elevador e posteriormente uma inspeção, em que se constatou a necessidade de fazer algumas correções, estando marcada nova inspeção para o dia sete de março. -----

RECOLHA DE LIXO NO CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DO CACÉM

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que o Centro Histórico de Santiago do Cacém, passou recentemente a ter a recolha de lixo, porta a porta, o que considerou uma boa iniciativa, no entanto ainda existem alguns ajustes a fazer, dado que alguns baldes ficam por recolher. Tendo questionado qual a avaliação da Câmara Municipal e se está a ser feita a monitorização. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que antes de se iniciar a recolha de lixo, porta a porta, na zona Histórica de Santiago do Cacém, foi feita uma reunião pública com os moradores para explicar o procedimento e como este iria funcionar, no entanto, existe por parte da Câmara Municipal plena consciência que este é um processo de mudança e que inicialmente poderiam surgir alguns problemas. Tendo em seguida solicitado ao Senhor Vereador Albano Pereira, para proceder a mais esclarecimentos. --- O Senhor Vereador Albano Pereira, referiu que no início os moradores colocavam os três baldes na rua para recolha, referentes ao (plástico, papel e bioresíduos), e outros continuavam a colocar o lixo nos contentores, com a retirada dos contentores, passaram a deixar os sacos do lixo no local onde anteriormente estavam os contentores, no entanto a situação tem vindo a regularizar, pois quer os trabalhadores da autarquia como a empresa que está a dar apoio na implementação deste projeto, têm contactado os moradores para o esclarecimento de dúvidas que ainda possam existir. -----

----- ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro a abril de dois mil e vinte e quatro, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Ata -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 03**, da Sessão Extraordinária Solene Comemorativa do 25 de Abril.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, **por unanimidade**. -----

Não votaram as/os eleitas/os, Ana Harea, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Mário André dos Santos Mateus, Rui Miguel Pereira Candeias, Ricardo Jorge da Cruz, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, por não terem estado presente na reunião.-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 04**, da Sessão Ordinária de vinte e seis de abril de dois mil e vinte três.-----


Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, **por unanimidade**. -----

Não votaram as/os eleitas/os Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Ana Harea, Norberto Barradas, Mário André dos Santos Mateus e Quitéria Graça Marques Gaspar, por não terem estado presente na reunião.-----

---3.- Designação de um cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e jovens em Perigo de Santiago do Cacém.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, apresentou a seguinte **PROPOSTA**: Designar a cidadã Cesaltina Batalha Nunes Sobral, natural e residente no Município de Santiago do Cacém, nascida em 22 de outubro de 1949, reformada, para a Comissão Alargada da CPCJ de Santiago do Cacém, em conformidade com o previsto na alínea l do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, por voto secreto.-----

A proposta foi aprovada, com vinte e cinco votos a favor, um voto contra, e um voto em branco. -----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Documentos de prestação de contas 2023-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA**: Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas individuais de 2023, elaborados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro –Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na redação atual, e da Instrução n.º 1/2019 e Resolução n.º 3/2023 do Tribunal de Contas, onde constam os seguintes dados: -----

☐ Balanço -----

o Total do ativo –187.692.122,71€ -----

o Património líquido –169.491.019,52€ -----

o Passivo –18.201.103,19€ -----

☐ Demonstração de Resultados-----

o Rendimentos –38.710.180,52€-----

o Gastos –39.280.671,26€ -----

o Resultados Líquidos –570.490,74€-----

☐ Demonstração Fluxos de Caixa -----

o Recebimentos –41.689.763,82€ -----

o Pagamentos –39.752.418,01€-----

☐ Demonstração Desempenho Orçamental -----

o Recebimentos –41.551.110,94€ -----

o Pagamentos –39.628.232,96€-----

☐ Saldos Iniciais -----

o Operações Orçamentais –5.461.204,58€ -----

o Operações de Tesouraria –282.964,32€ -----

☐ Saldos Finais-----

o Operações Orçamentais –7.384.082,56€ -----

o Operações de Tesouraria –297.432,15€ -----

FUNDAMENTOS: Conforme o disposto na alínea i) do n.º1 do artigo nº 33 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e na alínea I do n.º 2 do artigo 25.º da mesma Lei, na redação atual. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

No âmbito da apresentação da proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que o documento representa o que foi a gestão autárquica no ano de dois mil e vinte e três, em termos de execução e da receita. Sendo este o ano o melhor de sempre em termos de receita e de capacidade de execução, em que se atingiu cerca de oitenta e seis por cento, ou seja, acima do padrão definido por Lei. Acrescentou ainda que continua a haver uma redução da dívida, com um saldo orçamental superior à dívida. --- Referiu ainda que dois mil e vinte e três, foi ano em que mais se investiu e mais se executou, sem ser necessário aumentar a dívida, tal só é possível devido a uma gestão rigorosa, capacidade de planeamento, estratégia e capacidade de execução, dos eleitos da CDU na Câmara Municipal de Santiago do Cacém. -----

Colo
fau

Acrescentou ainda que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, foi a autarquia que mais executou, das cinquenta e oito Câmaras Municipais que estão sobre a alçada do programa Alentejo 2020. O mesmo aconteceu com o projeto FEDER, projeto que terminou no final do ano anterior, e como o Município de Santiago do Cacém foi o que mais executou e terá direito a mais dois milhões de euros. -----

Mais referiu que apesar do rigor orçamental, continuou-se a executar obra, tendo sido este o ano que mais se investiu, dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser feito. Salientou ainda que mesmo sem haver garantias de financiamento comunitário, a Câmara Municipal avançou com duas obras, a requalificação do Jardim Municipal em Santiago do Cacém e a requalificação do Bairro dos Serrotes em Vila Nova de Santo André, num valor de cerca de quatro milhões de euros, para que, logo que os sejam abertos os avisos, poder colocar estas duas obras a candidatura, as quais irão certamente ser financiadas, e assim atingir facilmente valor de execução do quadro Portugal 2030, à semelhança do que já aconteceu com o Portugal 2020, e permitir o acesso a mais verbas através do overbooking. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS, que referiu que este é um documento extenso, que tem muitos indicadores, chegando a fazer referencias a dois mil e dez. Apresenta também, nos quadros comparativos, referencias a quatro e a dois anos, esta explicação e gera alguma confusão na análise dos valores apresentados. -----

Referiu ainda que seguidamente iria colocar algumas questões para que posteriormente lhe ser dada resposta. -----

Na página nove do documento, que tem a ver com uma nota metodológica, que refere "...Não se integra neste ponto a análise das verbas transferidas para os municípios sob a forma de financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais tal como estabelecido no artigo 80-Bº da Lei das Finanças Locais, na sua versão atual". Questionou qual a razão para não ser incorporado. -----

Na página doze, ao analisar o gráfico número dezoito (Evolução da dívida a curto prazo), do ano de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três existe um aumento da dívida a curto prazo de zero vírgula quatro por cento. E no gráfico número dezanove da mesma página (Evolução do saldo de gerência do ano anterior diminuído da dívida de curto prazo do ano anterior), tem um saldo de quatro vírgula sete milhões de euros. Questionou o motivo do aumento da dívida a curto prazo. -----

Questionou ainda qual o valor da requalificação do Cineteatro de Ermidas Sado, do auditório Municipal de Alvalade, da Loja do Cidadão, do Jardim Municipal de Santiago do Cacém, das obras do Pavilhão Municipal Padre Amadeu Pinto, por ter dúvidas em relação aos valores que são apresentados, se se referem apenas ao ano de dois mil e vinte e três ou ao valor total das obras em questão. -----

Na página dezasseis, na figura vinte e oito, (Funções Sociais: evolução das despesas de AMR e de PPI), questionou se os valores que estão mencionados no gráfico, são referentes a dois mil e vinte e três ou a dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. --

Na página trinta, figura número cinquenta e um, onde refere Fornecimentos e Serviços Externos. Questionou a que se refere e quais são os fornecimentos e os serviços externos que são mencionados. -----

Na página vinte e quatro, figura quarenta e um, Estrutura da Receita 2020/2023, o valor total é de nove milhões cento e trinta e cinco mil novecentos e oitenta e cinco euros e na página vinte e cinco, figura quarenta e três, Evolução da despesa 2020/2023, o valor total dez milhões cento e trinta e dois mil e vinte e três euros, o mesmo acontece em relação às receitas e despesas correntes. Questionou o motivo da diferença. -----

207
Frie

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que este documento reflete a opção da CDU e dá continuidade a uma política com a qual não concordam. -----

Mais referiu que houve um aumento significativo quer nos valores da despesa quer na receita, no entanto tem sido melhor a concretizar na receita do que na despesa. Do ponto de vista da execução face ao orçamento a taxa de execução é muito alta ao nível da receita, superior a setenta por cento, mas o mesmo não acontece relativamente à despesa, sobretudo na despesa de capital, que apesar de ter havido um aumento, ficou cerca de cinquenta por cento a nível da execução. -----

Mais referiu que estava previsto no orçamento dezanove milhões de euros de captação, nomeadamente de aquisições de bens de capital, mas apenas foi realizado nove milhões de euros, de acordo com o quadro quarenta e quatro da página vinte e seis do documento, questionando o motivo da realização ter ficado tão aquém da previsão. -----

Em relação ao saldo, embora reconheçam que a situação financeira do município é muito melhor do que em anos transatos, passou-se de uma situação complicada para uma situação de um saldo muito alto, que poderia servir para fazer mais investimentos, considerando que deveria ser feito um ajuste para o saldo ser mais baixo. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, referiu que na página cinquenta e cinco, quadro cinco ponto um, Ativos Fixos Tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidades Acumuladas, existe uma quantia inicial de cerca de trezentos e cinquenta e cinco mil euros e uma depreciação de cerca de duzentos e sete mil euros, ou seja sessenta por cento do valor, um valor escriturado de cerca de cento e quarenta e sete mil euros, pelo que gostaria de saber a razão de uma depreciação de sessenta por cento dos ativos fixos. -----

Mais referiu, que em relação ao documento global existem apenas três abordagens possíveis, um mero documento instrutório contabilístico que retrata e resulta do orçamento aprovado, em que lhe é acrescentada uma avaliação política, no balanço dos dois domínios, há a terceira variável que irá ser espelhada na votação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que iria responder às questões colocadas pelos Senhores eleitos na Assembleia Municipal, as questões mais técnicas o Senhor Diretor de Departamento de Administração e Finanças, poderia dar alguns esclarecimentos, caso seja necessário. -----

Mais referiu que em relação às notas de rodapé, o documento é elaborado de acordo com o que está definido na Lei. -----

Em relação às dívidas de curto prazo, o aumento que se verificou tem a ver com a necessidade de os Serviços terem de conferir e executar vários procedimentos para proceder ao pagamento das faturas, se no final do ano derem entrada faturas com valores elevados e se não for possível realizar o pagamento no próprio ano, no final do ano verifica-se um aumento das dívidas a curto prazo, no entanto os pagamentos a fornecedores não ultrapassam os vinte dias. -----

Referiu ainda que o documento que está a ser discutido é referente a dois mil e vinte e três, pelo que não tem de memória o que foi pago em dois mil e vinte e dois, das obras do Cineteatro de Ermidas Sado ou do Cinema de Alvalade, sugerindo que o Senhor eleito do Partido Socialista, solicite esses valores através de requerimento. -----

Em relação aos cerca de onze milhões, afetos à rubrica fornecimentos e serviços, não tem forma de identificar tudo o que foi adquirido. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que em relação às taxas de execução considerou que nenhuma Câmara Municipal tem uma taxa de execução maior na

despesa do que na receita, no entanto este ano a taxa de execução da despesa de capital rondou os cinquenta por cento. -----

Em relação ao elevado saldo orçamental isso prende-se essencialmente com o facto de haverem derrapagens nos prazos das obras, concursos que ficam desertos e do recebimento de cerca de dois milhões de euros do overbooking. -----

O Senhor Diretor de Departamento de Administração e Finanças, referiu que a questão referente à página cinquenta e cinco do documento, bens do domínio público, edifícios e outras construções, resulta da alteração do sistema de normalização contabilista, em que anteriormente apenas referia as amortizações e atualmente existem as amortizações e as depreciações, em que as amortizações são aos ativos fixos intangíveis e as depreciações são os ativos fixos tangíveis. -----

Mais referiu que as depreciações, mencionadas na página cinquenta e cinco do documento, são referentes a vários anos e por isso depreciações acumuladas, que compreendem a vida útil do bem, desde que entrou em utilização até ao ano de dois mil e vinte e três. Salientou ainda que estes valores foram apurados de acordo com o definido na lei. -----

O Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, questionou se não houve algum facto extraordinário, para além das depreciações extraordinárias. -----

O Senhor Diretor de Departamento, referiu que são apenas depreciações que resultam da aplicação nos termos legais dos bens inventariados. -----

Em relação à nota de rodapé, referiu que é apenas uma nota para tornar claro o que está em apreciação. -----

O Senhor Manuel Mourão, referiu que a leitura do documento de Prestação de Contas é complicada, porque tal como já referiu na aprovação do orçamento em que fez referencia à rubrica “outros”, que agora neste documento quase desaparece, mas que nunca foi devidamente esclarecido, nomeadamente quando na rubrica “outros” existem valores de cerca de cinco milhões de euros, considerando que seria correto e mais transparente esclarecer os eleitos da Assembleia Municipal, de onde provêm as receitas e para onde vão as despesas das rubricas outros. -----

Mais referiu que não é fácil a leitura do documento e a análise dos quadros, os quais geram grande confusão, porque apresentam resultados referentes aos anos de dois mil e vinte a dois e dois mil e vinte e três e outros apenas referentes ao ano de dois mil e vinte e três, tal como acontece nas páginas vinte e dois e vinte e três do documento. -----

Referiu ainda, que o mais revelante deste documento é o aumento das receitas de capital, resultante da venda de lotes em Vila Nova de Santo André, de Fundos Comunitários e de Impostos do Estado, no entanto, a receita não acompanha a execução, nomeadamente nas despesas de capital, havendo uma diferença de quase cinquenta por cento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu as questões sobre a rubrica “outros”, tem sido várias vezes debatida nesta Assembleia Municipal, lamentando que o eleito do PS, Senhor Manuel Mourão, tenha deixado no ar que a Câmara Municipal está a tentar esconder algo e levantadas suspeitas sobre um documento que espelha o que está previsto na lei, pelo que sugeriu que citasse os incumprimentos à lei que encontrou nos documentos de Prestação de Contas. -----

Referiu ainda que em relação às percentagens referidas sobre a execução da despesa, gostaria de salientar que houve um aumento de cerca de dois milhões de euros, em relação ao ano anterior, ou seja passou-se de oito para dez milhões de euros, um aumento de cerca de vinte e cinco por cento. -----

20/7
Bren

Salientou ainda lamentar que não tenha sido referido, por exemplo, os valores da derrama que desde dois mil e vinte, tem vindo a subir tal como o imposto municipal sobre transações, também o número de dormidas quadruplicou nos últimos dez anos, tudo isto é demonstrativo de um Município dinâmico, com uma situação financeira estável, mas que não deixa de realizar obra, salientando as recentes inaugurações do cineteatro em Ermidas Sado e Cinema em Alvalade investimentos no interior do Município de forma a combater as assimetrias, situação inversa ao que foi feito pelo governo do Partido Socialista, que quis encerrar escolas rurais, extensões de saúde e postos da Guarda Nacional Republicana.-----

O Senhor Manuel Mourão, referiu que enquanto eleito na Assembleia Municipal, tem o poder e o dever de colocar, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, as questões que considere pertinentes e importante saber, por esse motivo solicitou esclarecimentos sobre a rubrica "outros". Salientou ainda que não levantou nenhuma suspeita, apenas esclarecimento sobre a rubrica "outros" acrescentando que se houvesse uma nota de rodapé haveria mais transparência. -----

Mais referiu que em relação ao Posto da GNR de Ermidas Sado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabe a intervenção que os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal. -----

Em relação ao cineteatro de Ermidas Sado, obra há muitos anos reivindicada, tal como o cinema de Alvalade, tiveram um apoio significativo de fundos comunitários, situação que é quase escondida, pois a CDU parece que não gosta da União Europeia. -----

Tendo terminado a intervenção desejando um bom 25 de Abril e uma boa Europa.-----

O Senhor Carlos Mesquita Figueiredo, referiu que o Partido Socialista tem de decidir perante a realidade que tem, e as autarquias têm uma realidade mais próxima, considerando que neste momento da história do país e com o governo que temos, não fica bem, estar a retroagir, fazendo ataques sem grande razão, a não ser que o Senhor Presidente da Câmara Municipal considere que agora estão criadas as condições políticas para se resolverem todas as questões, salientando que, assim sendo, ficaria mais esclarecido relativamente às posições que o PCP/CDU toma perante os diferentes governos que têm governado Portugal. -----

Mais referiu que sublinha o que foi dito pelo eleito do PS, Manuel Mourão, desejando a todos um bom 25 de Abril e excelente 1º de Maio, em democracia pluralista. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que não tem a presunção de ser comentador político, no entanto considera que não se ganham eleições, quem exerce o poder é que as perde, e se a direita hoje governa o país, o responsável é do Partido Socialista, que governou com uma maioria absoluta e perdeu as eleições, não por responsabilidade da PCP/CDU, mas sim pelas medidas que tomou, nomeadamente no Município de Santiago do Cacém como encerramento do Posto da GNR. -----

Em relação aos Fundos Europeus, já anteriormente havia esclarecido, que no caso dos equipamentos culturais, a verba disponível rondava os cinquenta por cento do valor, dos dois equipamentos, cineteatro de Ermidas Sado e cinema de Alvalade, no entanto foi possível obter mais oitocentos mil euros, devido à capacidade de execução. Salientou ainda que para se atingir estes níveis de execução é necessário muito trabalho, não havendo nenhuma benesse, existem regras que alguém definiu e como democratas trabalham sobre essas regras. Acrescentando que o mesmo acontece com o país, nomeadamente com o Pano de Recuperação e Resiliência, em que o Partido Socialista terá uma grande responsabilidade, por ter governado o país até há pouco tempo atrás, e em iremos ver qual será o nível de execução do PRR. -----

O Senhor Carlos Mesquita Figueiredo, referiu que as alusões do Senhor Presidente da Câmara Municipal, à execução do PRR, não deveriam ser feitas sem serem fundamentadas, questionando em que projetos e em que rubrica, o governo PS, não cuidou de estimular o tecido empresarial e o próprio Estado Português, as estruturas do Estado e as próprias autarquias a apresentar projetos para serem viabilizados pelo PRR. Em relação ao resultado das últimas eleições, os portugueses estão hoje mais dotados de informação, principalmente após o último parecer do tribunal da relação, relativamente sobre o que levou ao derrube do governo, salientando que os resultados foram os que foram, mas parece que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não olhou para os votos que teve a CDU.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, referiu que em relação ao PRR os últimos dois pedidos de reembolso, o terceiro e o quatro, estão parados em Bruxelas por não cumprimento de metas do anterior governo do PS.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Nove abstenções, sendo sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, uma da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e uma do eleito do Chega Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.-----

Dois votos contra, do/a eleito/a da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Maria Teresa Pereira Machado Branco.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor David Oliveira Gorgulho, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “A bancada da CDU gostaria de sublinhar a capacidade de execução orçamental da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, em particular na receita, que é a melhor de sempre, bem como o facto de continuar a executar despesa em grandes obras, mesmo numa fase em que o novo quadro comunitário ainda não está aberto, a par de continuar a conseguir evidenciar uma capacidade de gestão que faz com hoje em dia, tecnicamente, se possa dizer que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém não regista valor em dívida. -----
Importa também valorizar a contínua promoção de variadíssimas iniciativas nas áreas desportiva, social, cultural e educativa, entre outras, com resultados inquestionáveis para o bem-estar das populações e para a projeção do Município”. -----

b) Relatório Semestral do Auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual **Deu Conhecimento** do relatório sobre a situação económica e financeira do Município

20/4
fau

relativo ao exercício de 2023, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas. -----

Dois – Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento -----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão, não houve inscrições para o uso da palavra. -----

TOMADO CONHECIMENTO.-----

c) Aquisição de energia elétrica BTE e MT – assunção de compromissos plurianuais. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para o “Fornecimento de energia elétrica em BTE (Baixa Tensão Especial), e MT (Média Tensão), para o período de 24 meses, com início previsto a 01 de junho de 2024, e termo em 31 de maio de 2026, com o encargo global estimado de 534 000,00 €, com a seguinte repartição: -----

-Ano de 2024: 155 000,00 € + IVA à taxa legal em vigor; -----

-Ano de 2025: 267 000,00 € + IVA à taxa legal em vigor; -----

-Ano de 2026: 112000,00 € + IVA à taxa legal em vigor. -----

FUNDAMENTOS: a) De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente; -----

b) Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em Minuta, das deliberações tomadas na Sessão, a constar em Ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e três horas e trinta minutos. -----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

Paula Helena

Breves

